

O SUJEITO GRAMATICAL E OS UNIVERSAIS LINGUÍSTICOS

Laísa Tossin¹

RESUMO: Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre a categoria gramatical sujeito nas principais teorias linguísticas, aproximando-se de teorias antropológicas e psicológicas para amparar a compreensão de “sujeito” e “pessoa”. Discute a individualidade e a autonomia expressas por sujeito agente com exemplos de orações ergativas em yanomamö, interrogando sobre os modelos de alinhamento sintático usados de maneira universal que criam problemas de tradução e de compreensão do funcionamento das línguas, assim como geram um mal-entendido a respeito da “pessoa” nessas línguas. Conclui que as categorias analíticas usadas servem, em grande medida, para realimentar o discurso científico e metodológico, criando um círculo vicioso.

PALAVRAS-CHAVE: Categorias gramaticais; Universais linguísticos; Relações entre semântica e sintaxe.

ABSTRACT: This article presents a literature review on the grammatical category subject in the major linguistic theories, approaching anthropological and psychological theories to bolster understanding of 'subject' and 'person'. Discusses the individuality and autonomy expressed by the active subject in examples of Yanomamö ergative phrases, questioning about the syntactic alignment patterns taken as universals that creates problems of translation and understanding of the functioning of languages, as well as generating a misunderstanding about the 'person' in these languages. Concluded that the analytical categories used serve largely to feed back the scientific and methodological discourse creating a vicious circle.

KEYWORDS: 1. Grammatical categories; 2. Linguistic universal; 3. Relations between semantics and syntax.

1 Apresentação

Neste artigo, uma revisão bibliográfica sobre o sujeito e o sujeito gramatical nas principais teorias linguísticas encontra suas pontas com a psicologia e a antropologia. Esta categoria, considerada como universal e, portanto, descolada de qualquer ideologia ou de qualquer teoria científica, é discutida, visto que a individualidade e a autonomia do ser são valores ideológicos ocidentais, estabelecidos a partir das formulações teóricas que fundamentam a ciência moderna.

A partir daí, uma reflexão sobre a universalidade do sujeito gramatical é apresentada, tendo como ponto de partida construções ergativas da língua yanomamö. O estranhamento que tais construções sintáticas produzem leva a questionar a pertinência e a adequação das categorias gramaticais universais e do método de descrição linguística para línguas ameríndias.

¹ Doutoranda em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: laisatossin@gmail.com

2 Universais e categorias gramaticais

Em uma breve perspectiva histórica, é possível perceber o caminho da construção conceitual da metodologia mais amplamente usada para a descrição de línguas. Não poderíamos deixar de começar por Descartes, no século XVII, que, com profundo catolicismo, separou a alma (mente) do corpo, estabeleceu a primazia da alma (mente) sobre o corpo com o intuito de libertar o humano (*Discurso sobre o Método*), pois o espírito humano, sendo uno, evocaria um método universal (*Regras para a direção do espírito*). Assim, os estudos científicos deveriam dedicar-se ao corpo, ficando a alma (mente) a cargo da Filosofia. Esta irreverente ideia alicerçou a ruptura de paradigmas que viria com a mudança de perspectiva da visão teocêntrica (subjugação do homem ao divino) para a antropocêntrica (domínio do humano sobre as demais criaturas e sobre a natureza).

Descartes elaborava em seu pensamento a dualidade do ser, sem conseguir se desprender de certas concepções teocêntricas (como a supremacia da alma ao corpo), tratando de sugerir que o espírito, ao descobrir a si mesmo, se tornaria “sujeito”. Foi exatamente o despertar da consciência a grande contribuição cartesiana. A autonomia individual conquistada com o desenvolvimento metódico da observação dos fatos cotidianos e naturais permitiu aos europeus a elaboração de uma autoimagem diferente daquela experimentada anteriormente. Não que as crenças no divino e as explicações fundamentadas no notório saber de pessoas autorizadas tenham desaparecido ou que a observação metódica e racional da natureza não existisse antes. O que houve foi uma troca de perspectiva. Ambas conviviam e ainda convivem, porém a importância dada à racionalização se sobrepõe à outra (ELIAS, 1994, p. 85).

Como decorrência de tamanha valorização da observação individual e da descoberta por meio do pensamento metódico, a conscientização de que eram sujeitos autônomos e capazes surgiu e impulsionou a expansão europeia, a criação dos Estados e desencadeou a ideia de que existiria um caminho evolutivo do ser. Humanos primitivos estariam presos a um pensamento primitivo e humanos desenvolvidos estariam imersos em pensamentos metódicos e racionais (BOAS, 2010, p. 12). Além do desabrochar da consciência de si, a compreensão de si frente ao outro, o reconhecimento do outro como um “eu” e o distanciamento são aquisições importantes para a autoimagem do humano a partir do Renascimento.

O reflexo desta mudança paradigmática nos estudos linguísticos se deu na mudança do entendimento de que na terra se reproduzia a ordem do cosmo, transcendente e imaterial, para o estudo de aspectos físicos das línguas e das diferenças existentes entre elas. Embora não estivessem dedicados a encontrar os princípios espirituais e eternos das línguas, buscavam uma

sistematicidade regular que permitisse descrevê-las por meio de regras gramaticais, muitas delas baseadas nas descrições de línguas clássicas como o grego e o latim (WEEDWOOD, 2010, p. 72). De fato, os principais motivos para a exaustiva descrição e padronização das línguas nacionais era o surgimento recente dos Estados e a necessidade de a burguesia emergente marcar sua autonomia e individualidade; assim, foram publicadas na Europa, com maior ênfase na Itália e na França, diversas gramáticas vernaculares com o intuito de demonstrar a regularidade (ou racionalidade, em termos mais cartesianos) das línguas. Assim, as descrições das línguas nacionais recém-nascidas eram forçadamente moldadas em gramáticas semelhantes à do latim, em uma clara busca do modelo universal e verdadeiro, quase a mesma matéria da qual se ocupavam os linguistas medievais: o eterno e o divino.

Línguas regulares, metodicamente descritas e documentadas reforçavam o caráter iluminado das almas (ou mentes) da burguesia europeia; surgiu, então, a ideia de que foram eles os precursores da ciência, muito embora o mundo islâmico, do início do século VIII até o século XII, aproximadamente, período anterior ao Renascimento europeu, tenha desfrutado de intensa e profunda produção intelectual, artística e de intercâmbio comercial e de conhecimento (GOODY, 2011, p. 112).

Como previa a separação corpo e alma (mente), os estudos de linguística também seguiram esta vertente, concentrando esforços na fonética articulatória, com descrições anatômicas, e na busca da origem abstrata das palavras, retomando princípios árabes e semitas de raiz. A profunda busca morfológica pela raiz das palavras, que permitia inclusive traçar suas relações de parentesco, é um dos exemplos que remetem ao divino: a origem comum das línguas, ainda uma herança das concepções paradisíacas da origem do mundo.

Temos, então, um cenário em que o ser, individualizado, autônomo e consciente de si, se emancipa como “sujeito”. Embora individualizado e autônomo, este “sujeito” se identifica como parte de um grupo por partilhar a mesma língua e viver o mesmo Estado. Como ser consciente de si, demonstra interesse pelo outro, por isso tantos linguistas se dedicaram a descrever outros idiomas além dos seus próprios. Embora, na perspectiva histórica, este período se refira a um maior interesse na particularidade de cada língua, na forma diferenciada que cada uma assume (WEEDWOOD, 2010, p. 80), havia nesse interesse particularizado, enciclopédico, a busca de uma sistematização genérica que servisse a todas as línguas, que explicasse seus funcionamentos e permitisse traçar relações genéticas entre elas.

Além de servir para a incessante busca da origem perdida, a descrição de outras línguas também servia à solidificação da autoconsciência do povo europeu como sendo o mais

desenvolvido. Diante do isolamento racial em que se desenvolveu a Europa, mapear as relações genéticas das línguas (BOAS, 2010, p. 9) e traçar comparações entre elas foi relativamente óbvio, ajudando, inclusive, a estabelecer relações entre língua nacional e caráter nacional que justificavam o sentimento de supremacia europeu. O que não significa que, em locais onde havia maior trânsito de pessoas e confluência de línguas, se poderia estabelecer tais relações tão claramente, como é o caso do noroeste amazônico. Assim, a linguística histórica, que pretende elaborar os rudimentos de uma protolíngua original, assume uma postura de abstração transcendental. O interesse pelo outro, se tornou, então, a coleção do exótico, do peculiar, do não civilizado, portanto de um outro que é uma criatura inferior.

No século XIX, as reflexões a respeito do distanciamento do eu e do reconhecimento do eu no outro mostravam que o sujeito expresso por um eu multifacetado poderia ter sua subjetividade transformada em objeto também. Embora Kant tenha elaborado estas formulações, não pôde comprometer-se inteiramente com a objetificação do sujeito (MAYOS, 1993, p. 14). No entanto, Humboldt assumiu a perspectiva cartesiana de separação corpo e mente (alma), e seguindo o preceito de que a ciência deveria ocupar-se do corpo, pois sua matéria permitia a investigação, estabeleceu como matéria bruta da língua aquilo que os corpos externam (os sons) e, como matéria sutil, a estrutura interna que dá significado ao som. Esta estrutura interna proveria então o falante de regras e princípios que o habilitariam a produzir a língua, entendida a partir daí como uma atividade em si mesma, não apenas o resultado de uma atividade humana, e portanto dinâmica. Em termos biológicos, o corpo humano possui a mesma matriz genética, o que permite compreender a produção dos sons articulados pelo aparelho fonador humano como algo limitado às condições físicas, cujo significado não está no som emitido, mas na mente (alma), no pensamento.

Esta perspectiva teórica, também conhecida como estruturalista, criou raízes nos estudos linguísticos e influenciou grande parte das pesquisas realizadas nos séculos seguintes, em especial os trabalhos de Saussure, que assumiu a oposição entre forma e substância (a mesma “matéria bruta” de Humboldt), sendo a forma independente da substância. O estruturalismo tratava cada língua como um sistema integrado e coerente, considerando os diferentes sistemas linguísticos incomparáveis entre si. Embora considerado uma escola, o estruturalismo se dividiu em dois segmentos com características diferentes: o estruturalismo americano e o estruturalismo europeu. Para fins deste artigo, nos interessa o estruturalismo americano, pois a partir das ideias nutridas por estes estudiosos se estabeleceu o modelo mais usado para a descrição de línguas ameríndias.

O estruturalismo americano teve em Franz Boas seu maior contribuinte. Boas era antropólogo e entre suas contribuições à antropologia está a noção de que não existem diferenças “raciais” entre os humanos e também que o pensamento do “civilizado” não é superior ao do “selvagem”, pois ambas as condições são determinadas por aspectos sociais, de higiene e diretamente vinculadas ao pensamento ocidental, visto que cada ser humano vê a si e ao outro dentro dos “grilhões da tradição” (BOAS, 2004, p. 19). O que Boas nos trouxe foi a “universalidade do pensamento”. Não havia raças boas ou fracas, nem pensamento primitivo ou desenvolvido, só havia a cultura a criar diferenças entre os seres humanos. A cultura era para Boas o conjunto de tradições no qual cada ser humano nascia e crescia, portanto, linguistas e antropólogos precisariam distanciar-se de seus valores, buscando relativizar suas tradições ao pesquisar outras culturas.

Entre seus alunos estava Edward Sapir, que, assumindo as ideias humboldtianas de que o significado do que se fala estava no pensamento (mente) e não na fala em si, e a ideia de seu professor Boas de que esta capacidade de refletir sobre a realidade e de dar significado a ela era uma atividade igualmente complexa para todos os seres humanos independente de sua condição social, cor da pele ou localização geográfica, desenvolveu sua teoria a respeito do relacionamento entre a cultura e a linguagem. Assim, Whorf, aluno de Sapir, desdobrou a teoria, acrescentando a sutileza de traçar as relações entre o aprendizado da língua (que é ensinada pela comunidade de falantes da qual a criança faz parte e, portanto, carrega a tradição e os valores desta comunidade) e o desenvolvimento da percepção da realidade, concluindo que a língua (aprendida) determina o pensamento.

Se de um lado as teorias sobre a linguagem encontraram a antropologia, de outro encontraram a psicologia, mais precisamente o behaviorismo. Bloomfield, contemporâneo de Sapir, inclinou-se a estudar a psicologia da linguagem desenvolvida por Wundt, psicólogo também influenciado pelas ideias de Humboldt, e eliminou do estudo da língua categorias mentais ou conceituais, buscando, desta forma, alcançar a objetividade científica tão desejada pela modernidade.

A formulação teórica do behaviorismo (comportamento) metodológico, que influenciou Bloomfield, pode ser representada pela relação entre o estímulo do ambiente e a resposta do organismo. O ambiente seria o mundo real, externo, do qual só seria possível obter dados sensoriais sem nunca conhecê-lo diretamente, e a resposta seria a elaboração interna, subjetiva, do eu sobre esta realidade (BAUM, 2006, p. 24). Embora aclamada como a teoria que possibilitava o estudo objetivo da língua, esbarrou em sua própria definição. Os críticos se

perguntavam, afinal, o que era comportamento; sendo fruto da experiência subjetiva sobre a realidade exterior não seria, então, algo pouco observável, profundamente subjetivo e, portanto, nada objetivo?

Pike tentou condensar as ideias de Sapir e Bloomfield em uma só teoria, supondo, então, que haveria uma teoria estrutural do comportamento humano: a tagmêmica, que tem sido muito usada para a descrição de línguas ameríndias e africanas. Para Pike (1955), a linguagem é um tipo de comportamento, assim, se o método de análise das estruturas linguísticas estivesse adequado, também serviria para analisar estruturas maiores tais como a cultura, já que são ambas fruto do comportamento humano. O método baseava-se na existência de estruturas possíveis de serem isoladas e com positividade, ou seja, compreensíveis para a comunidade de falantes; ainda simultaneamente, poderiam ser analisadas pelos três modos (aspectos) existentes na linguagem. Cada uma destas unidades seria chamada de *behavioreme*, no entanto, não há limites teóricos que descrevam *behavioreme*, que é apenas vagamente definido como linguagem ou cultura (HOJER, 1956, p. 478).

Chomsky propôs uma teoria, em que retoma a já batida noção dicotômica entre o conhecimento da língua (competência) e o uso da língua (performance). Poderíamos alinhar os termos utilizados até agora para nomear a mesma dicotomia e teríamos do último ao primeiro:

competência/comportamento/pensamento/substância/mente/alma

X

performance/estímulo/percepção/forma/som/corpo

Assim como os demais linguistas, Chomsky decretou que os estudos de linguística deveriam ocupar-se da competência, esta matéria sutil fruto de processos mentais. A grande novidade que a teoria de Chomsky trouxe foi, afinal, a cientificidade da mente, aproveitando o esforço que os psicólogos fizeram para tornar seus estudos e sua disciplina científicos (BAUM, 2006, p. 21). Sendo a mente um objeto da ciência, a linguística poderia ocupar-se dela em sua investigação a respeito da linguagem, o que traria a possibilidade aos pesquisadores de aproximarem-se da natureza (origem) da linguagem ao identificarem os “universais linguísticos” operantes na mente humana.

A existência de universais linguísticos esbarra em seus próprios limites conceituais. A gramática universal prevista pela teoria nos leva a acreditar que existe um espaço externo à língua interferindo sobre a linguagem. No sistema de regras e símbolos que representam de

maneira formal a estrutura sintática, semântica ou fonológica dos enunciados, haveria traços semânticos atribuídos aos formantes lexicais que gerariam os formantes gramaticais. A identificação da presença destes traços semânticos dissipa a fronteira existente entre “sistema semântico” e “sistema de crenças e de conhecimentos”, pois a noção de sujeito epistêmico autorizaria, então, o indivíduo a atuar sobre a linguagem segundo crenças e conhecimentos partilhados pelo grupo de falantes em que se encontra (HENRY, 1992, p. 37-53).

Os funcionalistas reconhecem teoricamente que a estrutura das línguas é determinada por uma diversidade de funções desempenhadas pela língua e expressas de modo variado nas diferentes línguas do mundo. Portanto, admitem a existência de relações gramaticais dentro das línguas, assim como a similaridade destas relações nas diferentes línguas de uma mesma família. Postulam que estas relações possuem explicações funcionais, cognitivas e semânticas, mas que não possuem replicação em outras línguas, como a noção de relação gramatical no sentido *crosslinguistic* o que, de modo geral, significa a inexistência de relações gramaticais universais (DRYER, 1997, p. 116). Desta forma evita-se a o entendimento de que todas as línguas possuem as mesmas categorias gramaticais e que as relações gramaticais estabelecidas em uma língua seriam as mesmas em todas as línguas, visto que a humanidade é formada por uma mesma espécie de homínido e que, portanto, partilha de um substrato psíquico-intelectual igual. No entanto, universais linguísticos como a pressuposição da existência de um sujeito que fala permanecem no escopo desta teoria.

Para as teorias da enunciação, o sujeito é central. A começar por Benveniste, que, ao propor a ruptura do entendimento da linguagem como um instrumento distanciado do humano, deixou o próprio humano à margem da linguagem, pois “não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a.” (BENVENISTE, 1991, p. 85). Para ajustar esta equação, então, propôs uma ideia de linguagem que constitui o humano como sujeito pela e na linguagem, percebido na materialidade da língua através de formas classificadas na categoria de pessoa. Estas formas são pronomes e definem as pessoas do discurso, assumidamente “eu” e “tu”, como pessoas autênticas e como categorias do discurso que ganham plenitude ao serem tomadas por um falante. Assim, para entender as representações do sujeito é necessário partir da categoria de pessoa prevista por Benveniste. Nessa perspectiva, o sujeito é a origem do sentido e implanta o outro diante de si.

Já Bakhtin e Volochinov (1981) veem o outro como constitutivo do sentido, entendido como a interação entre o locutor e o locutário. No entanto, ao tomar o “ser” como uma categoria produtora de sentido e de discurso em transformação contínua, Bakhtin coloca novamente o

sujeito no centro da produção de sentido. Além disso, concebe a linguagem como expressão do pensamento, portanto, evidentemente, subjetiva.

Austin (1990), Searle (2010) e Grice (1982), embora concordem que o dizer se configura para além do dito, possuem conceitos de sujeito elaborados de formas diferentes. Grice (1982) trata de sujeitos individuais que interagem numa situação de conversação, marcada pela intencionalidade do sujeito, portanto, o dizer é de um único sujeito. Austin (1990) adota o sujeito enquanto papel social, com um dizer constituído de outros dizeres. Searle (2010), a exemplo de Chomsky, via a linguagem como parte da biologia humana e, portanto, entendia que esta deveria ser estudada da mesma forma que os demais órgãos do corpo humano. A propósito, sua noção de sujeito estava associada à intencionalidade da fala.

Para Ducrot (1972), como decorrência da noção de polifonia, o sujeito é dividido em três entidades: o locutor, o “eu” do discurso; o sujeito empírico, ser material, real; os enunciadores, seres responsáveis pelos pontos de vista presentes no discurso, pois, para Ducrot, a língua se reporta ao discurso e não ao mundo.

Ao longo desta resumida apresentação sobre algumas das mais relevantes teorias a respeito da linguagem, é possível perceber que o sujeito autônomo e individualizado é um dos pressupostos presentes em todas as teorias. Esta massiva compreensão a respeito do ser e do sujeito muito se deve ao fato de que partilhamos concepções de pessoa e de sujeito; embora estas categorias ainda sejam objetos de discussões filosóficas, em sua essência, não se libertam do viés histórico e social que as construíram.

O sujeito expresso materialmente na língua por meio de pronomes organizados em uma categoria gramatical nomeada como sujeito gramatical, descreve apenas um conjunto de línguas que possui, entre outras coisas, o domínio teórico da investigação científica. Muito embora esteja imbuído de cientificidade, não abarca a totalidade de línguas e sociedades existentes no mundo.

Ainda se pensarmos que, no início da organização do pensamento científico europeu, houve uma retomada dos estudos linguísticos árabes, esta revisão estaria sujeita aos propósitos da época e matizada com as crenças e ideologias do momento histórico em que aconteceu.

Por isso, é importante reavaliar a universalidade da categoria gramatical sujeito gramatical, apresentada em muitas descrições linguísticas de línguas ameríndias. Se, para estabelecermos o sujeito gramatical, nos valem da noção de pessoa elaborada exclusivamente

pelas línguas ocidentais², então é a noção de pessoa que precisa ser esclarecida e trazida à tona nesta discussão.

2.1 Noção de pessoa

Vimos que nos pressupostos teóricos linguísticos, a noção de pessoa é concebida como uma categoria do sistema gramatical das línguas e baseia-se na noção de participante ou nos papéis discursivos de falante e destinatário, sendo “eu” o locutor e “tu” o destinatário, o que pressupõe a distinção entre primeira (eu), segunda (tu) e terceira (do que ou de quem se fala) pessoa.

É interessante perceber que as categorias gramaticais são percebidas como naturais e inerentes à linguagem e não como ferramentas analíticas elaboradas com propósitos metodológicos. Afinal, os mecanismos para produzir tanto o sujeito quanto o sujeito gramatical estão imersos na ideologia e na prática de produção de conhecimento. Isso tanto se aplica à formulação de categorias gramaticais quanto à produção do discurso do qual, em cada língua, emergem e se constituem pessoas e sujeitos. Não descarto a necessidade humana de categorizar o mundo para significá-lo, porém, não se pode simplesmente categorizar o mundo alheio com categorias próprias como se expressassem um mesmo pensamento, um mesmo entendimento, em uma relação única e inequívoca entre pensamento e linguagem.

Jakobson (1957) iniciou os estudos para a categoria de pessoa, propondo a existência de uma classe de unidades gramaticais chamada de articuladores que só ganha sentido se estiver inserida em um contexto. Nesta classe, estão incluídos os pronomes. Portanto, “eu” representa, simboliza e conceitua a primeira pessoa, embora só possa representar seu sujeito no momento da ocorrência da enunciação, indicando quem enuncia. Mesmo possuindo esta relação tão direta com a realidade exterior, os pronomes combinariam funções; assumindo uma característica polissêmica, poderiam designar quem enuncia e também mostrar quem enuncia sob outras formas em diferentes línguas, a exemplo de “yo”, “ich”, “io”, “I”. Jakobson (1957) recorre à tridimensionalidade do signo elaborada por Pierce para justificar essa proposição. Assim, entende que há uma relação estabelecida com a realidade exterior que permite uma inferência, no entanto, esta relação é estabelecida por “força de lei”, previamente instituída e apreendida entre o real e o discurso.

² O “ocidente” compreende alguns países da Europa, assim como aqueles cujas raízes históricas e culturais estão ligadas à Europa. Nesta definição estão incluídos, também, segmentos populacionais da América, da Oceania e da África do Sul.

Foi com Benveniste que a categoria de pessoa recebeu um detalhamento que ampliou a problemática ao elaborar a dêixis que se constituía de três grupos de elementos, as formas pronominais, verbais e temporais, que respectivamente se referiam às categorias de pessoa, espaço e tempo. Assim, a dêixis mostra quem fala e com quem fala, e situa a enunciação no tempo e no espaço. A ampliação não diz respeito apenas ao acréscimo de mais duas categorias gramaticais para descrever quem enuncia, mas sim, por permitir que o sujeito transcenda a representação exterior e que nele se articule, subjetivamente, o todo. (BARTHES, 1988, p. 146)

A enormidade de marcadores utilizados para a categoria de pessoa existentes nas línguas do mundo é comumente apontada como um reflexo da natureza universal, inerente à linguagem, das categorias gramaticais que acompanham os marcadores de pessoa. Marcadores de pessoa são entendidos como paradigmas, ou seja, como um grupo de expressões linguísticas que partilham a mesma posição sintática em distribuição complementar.

Para a teoria gerativa, os traços extralinguísticos são determinantes para diferenciar os itens lexicais que integram os paradigmas, sendo o traço mais relevante a dependência do contexto para a determinação da identidade do referente. (SIEWIERSKA, 2004, p. 1-15)

Ao contrário, para a teoria funcional-tipológica, pronomes são uma categoria morfossintática, na qual a distinção entre nomes e pronomes vem proposta como uma gradação. Nesta gradação, alguns pronomes exibiriam características pronominais menos prototípicas e mais nominais que outros. Esta escala pode ser aplicada internamente às línguas ou usada para comparar diferentes línguas entre si. (SUGAMOTO, 1989, p. 273)

A divisão básica dos marcadores de pessoa é entre forma independente e forma dependente. Em geral, a forma independente possui acento, é uma palavra morfofonológica e prosodicamente separada, capaz de produzir um enunciado completo por si só. A forma dependente, então, não receberia acento, e teria sua independência morfológica e sua substância fonológica distribuída em quatro níveis: fraco>clítico>afixos>zero. As informações contidas nos marcadores de pessoa podem incluir número, gênero, tempo, caso, aspecto, modo, parentesco, e até *status* social. Considera a relevância do contexto social e de aspectos cognitivos para a identificação destas informações, porém limita a análise aos aspectos sintáticos, como prevê a abordagem teórica. (SIEWIERSKA, 2004, p. 23)

Sendo a noção de pessoa uma categoria que pertence a outras disciplinas também, como a psicologia e a antropologia, faz-se necessária uma incursão aos conceitos construídos além dos limites da linguística.

A psicologia, no entanto, trata quase exclusivamente de temas pertinentes aos construtos decorrentes dos mesmos processos teóricos que disciplinam a linguística, sendo, portanto, restritos aos propósitos de abarcar as diferenças apresentadas pelo contato do branco com o índio e toda a problemática gerada pela descrição linguística de línguas e culturas ameríndias. O que faremos então é uma breve aproximação da questão sob o ponto de vista da antropologia.

Para a antropologia, o termo “pessoa” serve para descrever as categorias nativas mais centrais, aquelas que definem a consistência dos seres humanos. Os povos sul-americanos trouxeram uma novidade às teorias clássicas sobre a noção de pessoa: a centralidade do corpo na produção social da pessoa. (DA MATTA; SEEGER; VIVEIROS DE CASTRO, 1987, p. 13-16) Assim, dizem respeito à construção de pessoas e à fabricação de corpos. (DA MATTA; SEEGER; VIVEIROS DE CASTRO, 1987, p. 20) Em resumo, a proposta destes antropólogos é a de fazer uma análise comparativa sobre o simbolismo corporal, estrutura social básica, relacionando-o a outras perspectivas como o espaço social e o tempo social. Desta forma, seria possível reelaborar conceitos antropológicos com base nas características peculiares dos índios brasileiros, sem moldá-los a aspectos teóricos adequados a outros povos.

A maioria das cosmologias sul-americanas apresenta seres primordiais completamente criados por artefatos, dos quais se originaram os primeiros humanos e alguns animais. Artefatos são sinônimo de cultura, desta forma, inverte-se a ordem ocidental, para a qual a natureza precede a cultura, visto que fomos criados do barro e ao barro voltaremos. Assim, os ameríndios povoaram o mundo de humanos construídos por objetos, por práticas, pela invisibilidade imaterial da magia, em um processo constante que torna os corpos divisíveis (LAGROU, 2007), passíveis de desconstrução e reconstrução, compostos por partes de objetos e de pessoas, artefatos, plantas e animais, que circulam (OVERIG; PASSES, 2000, p. 1-30), constituindo a anatomia humana, assim como as outras formas de vida. (SANTOS-GRANERO, 2009, p. 1-29).

3 Considerações finais

No encontro entre duas concepções e percepções distintas do mundo, aqui exemplificados como europeus e povos ameríndios, dos quais estudamos as línguas em suas mais variadas perspectivas, o que podemos entender é que na confrontação dos discursos que estabelecem o sujeito e o sujeito gramatical existe uma faixa de incompreensão, que é decisiva para a materialidade na língua dos objetos/sujeitos que nomeia, mas que permanece alheia à reflexão teórica, embora seja matéria da qual deveria se ocupar a linguística.

A faixa iniciada pela incompreensão nos leva a transcender os limites de nossos paradigmas culturais e científicos e a procurar entender o “outro” em suas próprias categorias ou noções. A este propósito, Viveiros de Castro (2002, p. 47) nos alerta que podemos ser o “outro” à percepção de um “eu”, invertendo a lógica do argumento de que o “eu” estabelece o “tu”, como proposto por Benveniste. De qualquer forma, tanto pelo viés perspectivista elaborado por Eduardo Viveiros de Castro quanto pelo animismo, o sujeito gramatical sempre será considerado como o humano, em situações discursivas em que há uma oposição entre dois seres, como exemplo, a caça.

Em “o homem matou o porco”, o sujeito gramatical preferencialmente será “o homem”, pois carrega em si agentividade suficiente para executar o porco. Em português, esta percepção é mais evidente por ser o sujeito gramatical nesta língua marcado também pela posição que ocupa em relação ao verbo. Colocado antes do verbo, o substantivo será preferencialmente o “sujeito gramatical”. Dificilmente “o porco” ocuparia a posição de sujeito gramatical, muito embora seja um ser animado e dotado de agência. A agentividade do porco está submetida à agentividade do homem, visto que, na pirâmide das espécies, o humano ocupa o topo. Em português, ao substantivo colocado após o verbo, preferencialmente se atribui o papel gramatical de objeto.

Os elementos ontológicos, pelo fato de possuírem carga semântica atribuída ao humano,³ recebem papel gramatical idêntico ao do humano. Este é o caso da ambígua frase “o caminho são crisântemos”, em que, embora a ambiguidade intencional permita a fluidez da subjetividade, “o caminho” recebe o papel de sujeito gramatical por sua posição anterior ao verbo e por sua semanticidade associada ao humano.

Uma questão a ser levantada é sobre a ergatividade. Em termos gerais, ergatividade significa que, em uma língua, o sujeito gramatical de um verbo intransitivo (S) recebe o mesmo caso que o objeto de um verbo transitivo (O). Os verbos intransitivos são verbos que oferecem apenas uma posição sintática para ser preenchida que será sempre o sujeito gramatical (S). Os verbos transitivos são verbos que oferecem duas posições sintáticas, sendo uma o sujeito (A) e a outra o objeto (O). Assim, S (sujeito intransitivo) terá sempre o mesmo caso que O (objeto), em vez de receber o mesmo caso que A (sujeito transitivo), associando sob um mesmo alinhamento sintático duas categorias sintáticas aparentemente opostas. Temos dois exemplos, um de intransitividade e um de transitividade, em português:

³ Nos exemplos escolhidos, o que está em jogo são as características ontológicas associadas ao ser humano, mas também são considerados substantivos ontológicos para animais, o ninho, as pegadas, a urina, os filhotes.

(1) O porco morreu.

Suj. verbo intransitivo

(2) O homem matou o porco.

Suj. v. trans. Obj.

Não há ergatividade em português, exceto em algumas orações subordinadas, o que não nos convém no momento como exemplo. Portanto, “falsificarei” uma oração ergativa em português com fins estritamente didáticos, muito embora na colônia italiana instalada na Serra Gaúcha esta forma de marcar o sujeito de verbos transitivos seja bastante usual e eficiente, mesmo não sendo exatamente ergativa. As construções sintáticas elaboradas pelos colonos italianos no sul do país são fruto do contato do dialeto vênето italiano com o português do Brasil⁴ e são acusativo-nominativas, como são em geral as línguas românicas.

(3) O porco morreu.

Suj. (caso absolutivo) v. intransitivo

Em oposição, a falsificação ergativa:

(4) Me matei o porco.

Suj. (caso ergativo) v. trans. Obj. (caso absolutivo)

Nestes exemplos, há o uso do mesmo caso gramatical para “porco” (sujeito transitivo) e “porco” (objeto do verbo transitivo), alinhando-os sob o mesmo caso e gerando uma aproximação semântica entre sujeito gramatical e objeto. Generalizando, assim operam as línguas ergativas.

No entanto, em línguas que apresentam ergatividade sintática, como a língua yanomamö, da qual foram extraídos os exemplos abaixo (RAMIREZ, s./d.), esta presunção do sujeito gramatical, seja S ou A, se torna um tanto embaçada. Ramirez (s./d.) nos adverte que elementos ontológicos como fluidos corporais (sangue, urina, esperma) e relações de parentesco são sempre marcados com o caso absolutivo. O fato de marcar sintaticamente

⁴ O dialeto vênето, assim como o italiano, é uma língua de alinhamento sintático semelhante ao do português. Provavelmente, este ‘me’ é uma aproximação fonética do ‘mi’ que significa ‘Io’, como em: *mi go fatto mica* ‘eu fiz nada’.

elementos ontológicos significa que, como no português, existe uma preferência a marcar estes elementos como sujeito gramatical, pois se referem diretamente ao humano, o que seria uma indicação de que o sujeito gramatical de verbos transitivos não estaria expresso pelo substantivo marcado com o caso ergativo, mas sim com o caso absolutivo. Vejamos uma comparação entre um exemplo intransitivo e outro transitivo em yanomamö.

(5) Joahiw a+ ia+ ma
nome 3sg+comer+passado

Joaquim comeu.

(6) Joahiw-nö ihiru a+ naka+ ö
nome erg. criança 3sg+chamar+dinâmico (presente)

Joaquim chama a criança.

Vemos então que em (5), *Joahiw* (S) e, em (6), *ihiru* criança (O) recebem o chamado caso absolutivo, que não apresenta marca, em oposição a *Joahiw-nö* (A), em (6), que recebe a marca sintática de ergatividade *-nö*. Embora tendamos a entender *Joahiw-nö* como o sujeito agente da ação de chamar, o alinhamento sintático nos conduz à outra leitura, deslocando a subjetividade de *Joahiw-nö* para *ihiru*. Este deslocamento nos produz um grande embaraço ao tentarmos traduzir esta simples oração para o português. Temos como opção “a criança chamada por Joahiw” e “a chamada da criança por Joahiw”. Em ambos os casos, perde-se o caráter verbal da oração, inclusive apagando o sentido de “som saindo da boca no momento da fala” que a partícula *ö* expressa, e aproximando-a de um sintagma nominal (SN), o que fortalece a compreensão de que orações ergativas seriam um desenvolvimento de orações anteriormente passivas, em especial nas línguas em que o ergativo coincide com a partícula que marca instrumento. Como no exemplo (7),

(7) Akuri-nö Joahiw-nö juri a +hanö+ma
faca-Instr nome erg peixe 3sg/abs.+cortar+passado
a faca cortando o peixe por J./ a cortada do peixe pela faca de J.

Entre as traduções possíveis, nunca se considera como uma tradução legítima “Joahiw cortou o peixe com a faca”; a impossibilidade formal da diferença expressa pela marca ergativa

acoplada ao nome *Joahiw* impede que se aceite esta tradução, tornando as traduções e a compreensão reféns de um jogo para iniciados cujas regras se amparam na estrutura formal da oração.

Ultrapassando a superficialidade das relações sintáticas, podemos buscar alguma orientação no sentido expresso pelas orações. Assim, teríamos na semântica uma aliada, muito embora seja considerada como uma escolha metodológica fraca por teorias como a tipologia por não possuir sentidos universais. A semântica nos permite percorrer os trajetos significativos trilhados pelos elementos ontológicos que recebem o caso absoluto, não marcado, ou ao menos, lançar alguma luz sobre este tema obscuro. No exemplo (8),

(8) *kamij-nö war ja +p +nia-ma*
eu erg. porco 1sg/erg. +3pl/abs. +flechar-passado
os porcos foram flechados por mim/ a flechada dos porcos por mim

Em geral, a tradução mais aceita para uma frase ergativa como a do exemplo (8) é “a flechada dos porcos por mim”, o que reproduz os mesmos problemas apontados no exemplo (7), distanciamento do sentido verbal aproximando-se de um sintagma nominal, transformação em passiva e deslocamento do foco para “os porcos” na primeira tradução e para “a flechada” na segunda tradução.

Enquanto não encontramos solução para o alinhamento sintático, a pergunta que permanece é por que não considerar *Joahiw-nö* tão sujeito quanto *Joahiw*? Se considerarmos que existe equivalência de agentividade entre *Joahiw* e *Joahiw-nö*, teríamos então que resolver a coincidência da partícula *-nö* em uso como marcador instrumental como no exemplo (7). No caso desta coincidência, as melhores respostas viriam das investigações históricas e etnográficas. Muito poderia ser desvendado se soubéssemos sobre a história da partícula *-nö*, seu caminho do ergativo ao instrumental, ou do instrumental ao ergativo.

Assim também informações de cunho etnográfico como, por exemplo, se, em yanomamö é possível compreender que uma pessoa agindo sobre um objeto (peixe, porco) e modificando-o (cortando o peixe, flechando o porco) desempenharia um papel de instrumento em resposta a uma vontade externa ao sujeito, revelando uma lógica avessa à nossa crença no livre arbítrio do indivíduo e, portanto, na autonomia do ser e na agentividade do sujeito gramatical. No entanto, não podemos descuidar que a perspectiva de que as populações ameríndias possuíam uma lógica social e humana que as aproximaria de um ser “puro” e

“natural” acompanha as reflexões filosóficas dos europeus desde a chegada a este continente, nos jogando de volta ao círculo vicioso do método.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. J. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Tradução Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 2. ed. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira São Paulo: Hucitec, 1981.
- BARTHES, R. *O rumor da língua*. Tradução Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BAUM, William. *Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução*. Tradução Maria Teresa Araújo Silva, Maria Amélia Matos e Gerson Yukio Tomanari. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral*. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5. ed. Campinas: Pontes, 1991. v. 1.
- BOAS, Franz. *Antropologia Cultural*. Tradução Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- BOAS, Franz. *A mente do ser humano primitivo*. Tradução José Carlos Pereira. Petrópolis: Vozes, 2010.
- DA MATTA, Roberto; SEEGER, Anthony; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org.). *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ/Editora Marco Zero, 1987. p. 11-29.
- DRYER, Matthew. Are Grammatical Relations Universal? In: BYBEE, Joan; HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra. *Essays on Language Function and Language Type*. Amsterdam: John Benjamins, 1997. p. 115-143.
- DUCROT, Oswald. *Estruturalismo e Linguística*. Tradução José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.
- GOODY, Jack. *Renascimentos um ou muitos?* Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. *Fundamentos metodológicos da lingüística*. Tradução João Vanderley Geraldi. Campinas: [s.n.], 1982. p. 81-103. (Pragmática, v. 4).
- HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita*. Tradução Maria Fausta Pereira de Castro. Campinas: Unicamp, 1992.
- HOIJER, Harry. Language in Relation to a Unified Theory of the Structure of Human Behavior. Resenha. *Language*, v. 32, n. 3, p. 477-479, jul./sep. 1956. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/410569>>. Acesso: 20 mar. 2015.
- JAKOBSON, R. *Os articuladores, as categorias verbais e o verbo russo*. 1957. (Mimeografia).
- LAGROU, E. *A fluidez da forma: arte, alteridade e agência em uma sociedade amazônica (Kaxinawá, Acre)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.
- MAYOS, Gonçal. El problema sujeto-objeto en Descartes, prisma de la modernidad. *Pensamiento. Revista de investigación e información filosófica*, Madrid, n. 195, v. 49, p. 371-390, jul./sep., 1993.

- OVERIG, J.; PASSES, A. Conviviality and the Opening up of Amazonian Anthropology. In: _____. *The Anthropology of Love and Anger. The Aesthetics of Conviviality in the Native Amazônia*. Londres; Nova York: Routledge, 2000. p. 1-30.
- PIKE, Kenneth. Language in Relation to a Unified Theory of the Structure of Human Behavior. Part II (Chapters 8-10), preliminary edition. Glendale, Califórnia: Summer Institute of Linguistics, 1955. Reviewed by Harry Hoijer. University of California. *Language*, v. 32, n. 3, p. 477-479, jul./sep. 1956. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/410569>>. Acesso em: 20 mar. 2015.
- RAMIREZ, Henri. Ergatividade em Yanomami. In: *Manifestations of Ergativity in Amazonia*. CNRS, France. Projeto de pesquisa internacional. Disponível em: <http://celia.cnrs.fr/FichExt/Documents%20de%20travail/Ergativite/2nRamirez.htm>. Acesso em: 03 nov. 2015.
- SUGAMOTO, Nobuko. Pronominality: a Noun-Pronoun Continuum. In: CORRIGAN, Roberta; ECKMAN, Fred; NOONAM, Michael (Ed.). *Linguistic Categorization*. Amsterdam: John Benjamins, 1989. p. 267-291.
- SANTOS-GRANERO, F. Amerindian Constructional Views of the World. In: _____. *The Occult Life of Things: Native Amazonian Theories of Materiality and Personhood*. Tucson: The University of Arizona Press, 2009. p. 1-29.
- SEARLE, John. *Consciência e linguagem*. Tradução Plínio Junqueira Smith. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- SIEWIERSKA, Anna. *Person*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2010.

Artigo recebido em agosto de 2015.

Artigo aceito em outubro de 2015.